

EMPREGO

"Houve uma pequena queda na oferta de emprego. Agora em julho baixou outra vez para um patamar entre cinco e seis (por cento), parece que 5,97% da população economicamente ativa está na situação de desemprego", constatou o presidente. Disse que isso não diminui sua preocupação com situações específicas diárias, onde o fenômeno existe, mas negou que a estabilização tenha sido feita à custa do desemprego."

PREVIDÊNCIA

Fernando Henrique afirmou que muita coisa mudou na Previdência. A perda média, provocada pela inflação em 92, 93, 94, era de 11,24%, explicou, e hoje é praticamente nenhuma. "Isso deu um avanço na questão da aposentadoria e das pensões. O valor médio do benefício subiu de R\$ 116,00 para R\$ 252,00, com a introdução do real e com

as ações do Ministério da Previdência", comentou. Informou que gasto total do país, em termos do Produto Interno Bruto, passou de 4,82% para 5,50% do PIB, com 17 milhões de pessoas atendidas pelo sistema. "Houve uma distribuição melhor dos benefícios".

IMPOSTOS

"O governo já reduziu o imposto de renda da pessoa jurídica substancialmente, tirou o ICMS dos produtos de exportação, tirou impostos de equipamentos, de máquinas, etc. O governo fez várias reformas nessa área tributária, infra-constitucional", enumerou Fernando Henrique. Justificou que a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) foi aprovada pelo Congresso por um prazo de dois anos e o governo reduziu para 11 meses na expectativa de que houvesse

reforma capaz de assegurar recursos para a saúde. Sem tal reforma, o governo resolveu apelar para a prorrogação do CPMF. Com FEF (Fundo de Estabilização Fiscal) aconteceu a mesma coisa, argumentou o presidente.

GASTO PÚBLICO

O presidente dedicou longo trecho da entrevista à análise do comportamento dos gastos do governo. Lembrou que a necessidade de financiamento do setor público, de acordo com o resultado operacional (inclui despesas com juros) vem decrescendo, situando-se em torno de 3% do PIB. "As transformações estão se operando, nós estamos mantendo a atividade econômica, uma política social ativa para permitir que, efetivamente, as populações de baixa renda sejam beneficiadas com esse processo", afirmou.

REFORMAS

"Nós precisamos de uma Reforma da Previdência e de uma Reforma Administrativa", repetiu ele, fazendo um apelo ao Congresso para que vote os projetos com esse objetivo. "Chegou o momento de os brasileiros agirem pensando no Brasil. Não pensando em interesses de a, b ou de c. Ou de grupos, por mais legítimos que sejam esses interesses", exortou. Para ele, as reformas continuam sendo indispensáveis e têm apoio da população. Os que, por razões eleitoreiras, têm medo de fazer as reformas, vão se arrepender, previu, porque o resultado não será da forma como eles imaginam. "A população sabe que o que vale, hoje em dia, é ser claro, é ser honesto, é defender com empenho aquilo em que se acredita, e é explicar o porquê."

Wanderley Pozzembom



Da esquerda para a direita, Maciel, Albuquerque, Fernando Henrique, Paiva, Alvares e Iris antes da reunião: preocupação é manter rumos do governo